



O “OUTRO” INVENTADO: RELATOS DE EUROPEUS E ORIENTAIS NA ÁFRICA ÍNDICA

Leandro Rosa da Silva¹

Resumo

O texto em questão aborda algumas mudanças que os contatos dos povos da África Índica com os europeus e os orientais trouxeram ao passado e identidades dos suaílis no século XVI. Para tanto, discutimos a lógica narrativa para descrever o outro sob a perspectiva de documentos orientais e europeus. Neles, as múltiplas culturas, etnias e rico comércio suaíli (que intermediava a exportação das mercadorias interioranas e suaílis com a importação dos produtos da Europa, Sul da Arábia, golfo Pérsico e da costa oeste da Índia) não eram devidamente percebidos, pelo contrário, eram confinados, como num ato criativo, em representações de uma África inventada e propositalmente diminuída.

Palavras-chave: África. Suaílis. Lógica narrativa. Invenção.

Introdução

Segundo Graham Connah, quando os portugueses alcançaram o oceano Índico e chegaram à costa leste da África, no século XVI, eles encontraram povos de cultura extremamente rica e diversa que se articulavam basicamente em uma língua e compartilhavam uma série de tradições islâmicas e indianas que, advindas dos “amplos contatos marítimos”, se fundiram à cultura dos diversos grupos étnicos do litoral leste africano. Eram comunidades de economia baseada na agricultura, na pesca marítima e no comércio. Negociavam com os orientais e com os europeus, que chegavam ali pela rota das Índias, as mercadorias produzidas nas comunidades litorâneas, assim como àquelas advindas do interior do continente. Ocupavam uma faixa estreita do litoral “que se estendia por mais de 3500 Km, do sul da Somália até o sul de Moçambique.” Tanto esse território quanto seus habitantes são conhecidos como suaílis, pois, em sua maioria, falavam, e ainda falam, o *suahili* ou *kiswahili*, uma língua banto, rica em vocábulos

¹ Mestrando (bolsista PROSUP/CAPES) no Programa de Pós Graduação em História Social da Universidade Severino Sombra (PPGHS/USS), na cidade de Vassouras (RJ). Correio eletrônico: leandrorosa.silva78@gmail.com

estrangeiros oriundos dos árabes, persas e indianos, provenientes da costa setentrional do mar da Arábia e do oceano Índico.²

Já no século XVI, a Costa Suaíli exercia o papel de mediadora no comércio ultramarino, ao mesmo tempo em que lograva participação nas redes internacionais da economia mundo que se instaurava. Isso porque passou a negociar, simultaneamente, com os asiáticos e com os europeus que dobraram o Cabo da Boa Esperança, adentrando pelo Índico. Vale salientar que essa região favorecia o comércio e o transporte marítimo – “no que se refere tanto à navegação de cabotagem quanto as viagens ultramarinas”³ –, pois, assim como na costa oriental africana, a costa leste também era beneficiada pelos “ventos das monções que sopravam seis meses no sentido nordeste/sudoeste e seis meses no sentido sudoeste/nordeste”.⁴ Esses fatores naturais permitiam um contato, pelo Índico, com o sul da Arábia, golfo Pérsico e a costa oeste da Índia, pois, uma vez alcançando a costa oriental africana, poderiam retornar aos seus portos de origem num espaço de um ano.

² CONNAH, Graham. *África desconhecida: uma introdução a sua arqueologia*. Tradução, Carlos Magnavita. São Paulo: Edusp, 2013. p. 227.

³ *Ibidem*, p. 228.

⁴ *Idem*.



Litoral da África Índica no século XVI (segundo A. I. Salim)⁵

No entanto, a proeminência comercial dessa região não se explicava apenas pelos seus recursos naturais, mas também pelo volume e multiplicidade de itens do interior do continente que eram comercializados no litoral. Os assentamentos comerciais suaílis negociavam esses produtos nas redes comerciais do Índico e, após a chegada dos europeus pela rota das Índias, também se inseriram no Atlântico, abarrotando suas mercadorias nos porões dos navios que dobravam o Cabo da Boa Esperança ao retornar aos portos da Europa. Estavam dentre essas mercadorias, que complementavam as especiarias vindas das Índias para a Europa, “principalmente, marfim, ouro e escravos”.⁶

A Costa Suaili intermediava um comércio extremamente diversificado entre o interior do continente, a Ásia e a Europa. Deste modo, os comerciantes suaílis tinham acesso a uma série de mercadorias exóticas, “como chifres de rinocerontes, carapaças de

⁵ SALIM, A. I. *A costa oriental da África*. In: GOT, Bethwell Allan (org.). *História geral da África, V: África do século XVI ao XVIII*. Brasília: Unesco, 2010, p. 885.

⁶ Cf. CONNAH (2013), op. cit. p. 229.

tartarugas, incenso, mirra, âmbar gris, sândalo, cristal de rocha e ébano". Fornecia também elementos de alto consumo tanto na Arábia quanto nas terras "do Golfo Pérsico: madeira de construção e cereais".⁷ Connah afirma que a configuração desse comércio entre os três continentes perpassava por quatro categorias de mercadorias:

[...] as de exportação, oriundas do interior, as importadas do além-mar para o comércio com o interior, as importadas para uso nos assentamentos costeiros (particularmente os artigos de luxo) e os artigos manufaturados na costa para o comércio com o interior⁸

A lógica econômica de recolhimento; armazenamento, distribuição, importação e exportação desses itens enriqueceram e prosperaram os assentamentos suaílis e seus respectivos comerciantes locais.⁹ No entanto, o filósofo e antropólogo Kwame Anthony Appiah afirma que esse trato foi totalmente reconfigurado com a chegada dos portugueses à Costa Suaíli, no final do século XV. A ampliação do comércio de escravos, por exemplo, embora já fizesse parte da configuração das rotas pelo Saara há muito tempo, foi ampliado pelo trato ultramarino, extinguindo as limitações naturais que eram impostas pelo deserto nas rotas caravaneiras transaarianas. Nesse sentido, a economia dessa região, assim como no interior do continente africano ganhou novo fôlego e foi fortemente alterada pelo comércio de escravos; tamanha foi sua proeminência no Atlântico que o "trato dos viventes", no século XVII, eclipsou "o vasto comércio de ouro que existia, no mínimo, desde o Império Cartaginês, no século II a.C."¹⁰

1. Novos contatos: passado e identidade postos a prova

A despeito das mudanças na economia dessa região, Anthony Appiah afirma que, no geral, na África Austral foram poucos os povos de língua banta, além dos litorâneos, que experimentaram contatos com os europeus até o final do século XIX. O autor acredita que a exploração, o domínio, o inevitável contato do europeu com os nativos no interior, e com mais frequência no litoral do continente — como "atividades missionárias", assim como "criação de escolas ocidentais" — foram tentativas extremamente limitadas. Afirma ainda, que a vida cultural da África negra permaneceu basicamente não afetada pelas ideias europeias até o final do século XIX, e a maioria das culturas africanas iniciou o século XX com estilos de vida muito pouco moldados pelo

⁷ Ibidem, p. 229.

⁸ Ibidem, pp. 229, 230.

⁹ Ibidem, p. 229.

¹⁰ APPIAH, Kwame Anthony. *Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997. p. 241.

contato direto com a Europa. Para o autor, na verdade, o grande impacto europeu na cultura africana só teria ocorrido mesmo após a I Guerra Mundial.¹¹

Por outro lado, segundo Graham Connah, os contatos que as comunidades costeiras orientais da África mantiveram com o sul da Arábia, o golfo Pérsico e com a costa oeste da Índia não foram tão ínfimos em suas consequências culturais, como nos contatos com o europeu. Cerca de 500 anos antes dos portugueses chegarem à Costa Suaíli, os assentamentos dessa região já haviam se tornado “cidades cosmopolitas”, onde suas origens africanas – num processo de transformação gradual, longo e imperceptível – aglutinaram costumes de “influências estrangeiras derivadas do comércio do oceano Índico”.¹² A obra do chinês *Duan Chengshi* (falecido em 863), “tida como a primeira referência chinesa à África”, traz uma breve descrição do país de *Po-pa-li* – identificado como Berbera, no Chifre da África (Nordeste da África) –, aponta para o contato dessa região africana com o mundo oriental, desde o século IX. O dito autor chinês faz uma alusão ao relacionamento beligerante desse povo com os árabes no século IX e afirma que desde os tempos antigos *Po-pa-li* nunca se submeteu a nenhum país estrangeiro.¹³

Chao Ju-Kua (1170-1228), autor da obra *Chu-fan-chi* (Descrição dos povos bárbaros), concluída em 1226, também aponta para os múltiplos contatos econômicos e culturais que a África Índica mantinha com o oriente. Foi inspetor do Comércio exterior da China, o que possibilitou a coleta de informações de comerciantes e marinheiros chineses que ancoravam suas embarcações no litoral das cidades suaílis no século XIII. O dito documento também faz menção ao comércio de escravos, que já eram mercadorias altamente rentáveis entre os suaílis.¹⁴ Eram descritos “como selvagens, de corpos negros, como laca e de cabelos crespos”. Atraídos por comida, eram “capturados e levados como escravos para os países árabes”, onde iriam atingir altos preços.¹⁵

Outro relato extra-europeu interessante sobre essa região é o de *Ibn Battuta* que, segundo Alberto da Costa e Silva, foi “um dos maiores viajantes que a história já registrou”. Nascido em Tânger em 1304, aos 21 anos iniciou suas viagens por boa parte do

¹¹ Ibidem, p. 242.

¹² CONNAH (2013), op.cit., p. 232.

¹³ Cf. CHENGSHI, Duan. *Yuyang za zu*. In: SILVA, Alberto da Costa. *Imagens da África. Da Antiguidade ao século XIX*. São Paulo: Penguin & Companhia das Letras, 2012. p. 31.

¹⁴ Cf. SILVA, Alberto da Costa. *Imagens da África. Da Antiguidade ao século XIX*. São Paulo: Penguin & Companhia das Letras, 2012. p. 40.

¹⁵ JU-KUA, Chao. *Chu-fan-chi*. In: SILVA, Alberto da Costa. *Imagens da África. Da Antiguidade ao século XIX*. São Paulo: Penguin & Companhia das Letras, 2012. p. 41.

mundo de sua época. É autor da obra "*Tuhfat al-muzzar fi ghara' ib al-amsar wa-'aja'ib al-asfar* (presente oferecido aos observadores: curiosidades e maravilhas vistas nos países e viagens), mais conhecida como *Rihla* (Viagens)"¹⁶. Em seu relato, Battuta afirma que Mogadíscio, ainda no século XIV, é uma grande cidade, com grande quantidade de ovelhas e camelos (degolados às centenas diariamente) e possui um excelente comércio. O tecido que dá nome a cidade, valiosíssimo e de excelente qualidade, é exportado para o Egito e outros países. O viajante faz uma detalhada descrição da cultura culinária de Mogadíscio, sua hospitalidade em receber os viajantes e comerciantes estrangeiros, além da honestidade dos mogadíscios nas transações comerciais.

A gente de Mogadixo tem o costume de ir receber em pequenos barcos chamados zambucos os navios que chegam ao porto. Em cada zambuco vão vários jovens, levando sob uma coberta um prato de comida. Um deles o oferece a um dos mercadores do navio, dizendo: "Este é meu hóspede". Os demais fazem o mesmo. Nenhum comerciante desce de bordo sem ir para casa de hóspedes de um desses rapazes, a não ser que tenha estado muitas vezes na cidade e conheça gente da terra. Nesse caso, pode se alojar onde quiser. Depois que o comerciante recém chegado se instala na casa de seu hospedeiro, este se encarrega de vender o que aquele lhe trouxe e de comprar-lhe o que necessite. Se alguém adquire do mercador alguma coisa abaixo do seu preço normal ou lhe vende algo em sua ausência, a transação é considerada nula.¹⁷

O Historiador Alberto da Costa e Silva salienta que, antes do segundo século de nossa era, a costa ocidental da África já recebia "barcos etíopes, árabes, persas e talvez até indonésios" com propósitos comerciais. No século XII, por exemplo, Mogadixo (ou Mogadíscio), a antiga aldeia no norte da costa suaíli que acabamos de supramencionar, havia se tornado uma importante cidade-estado mercantil extremamente cosmopolita, onde recebia imigrantes de diversos pontos do mundo islâmico. No século XVIII essa cidade, governada por um sultão, era a mais rica de todas as cidades da costa leste africana e, "com suas mesquitas construídas com pedra e cal, um centro de difusão do islamismo".¹⁸

Enfim, as interações que esses documentos sugerem vão muito além das descrições do cotidiano, lições de honestidade, hospitalidade ou práticas econômicas. Eles indicam que – no contato multicultural e intercontinental de africanos, orientais e europeus – as pessoas experimentavam a diversidade do "outro" que colocavam a prova as suas próprias auto-imagens, além de suas relações sociais e cotidianas. Nesse

¹⁶ BATTUTA, Ibn. *Tuhfat al-muzzar fi ghara' ib al-amsar wa-'aja'ib al-asfar*. In: SILVA, Alberto da Costa. *Imagens da África. Da Antiguidade ao século XIX*. São Paulo: Penguin & Companhia das Letras, 2012. p. 49.

¹⁷ Ibidem, p. 50.

¹⁸ SILVA (2012), op. cit. p. 16.

novo contexto – embora impossível mensurá-lo –, os passados étnicos, assim como antigas culturas, formadoras de uma identidade coletiva, ainda que muitas fossem preservadas em sua essência, eram atualizadas e remodeladas. Connah afirma que:

A conseqüência dessas interações, que por vários séculos marcaram a região, foi o aparecimento de uma distinta população costeira: os suaílis. Essa população possuía uma cultura única e uma língua que contribuiu para o entendimento mútuo dos povos de grande parte da África oriental. Assim, foi a localização dos assentamentos da costa leste africana entre a África e o resto mundo que fez com que ambos fossem reciprocamente influenciados e beneficiados.¹⁹

2. O “outro” e a lógica da narrativa

O discurso dicotômico que propomos sobre a visão dos europeus e orientais sobre a África Índica, não se trata de eleger heróis ou vilões. O que os documentos apontam é que as políticas de anexações territoriais e expansão econômica, principalmente aquelas acompanhadas de um forte apelo religioso, têm como principal característica a diminuição do outro para justificar ou legitimar a exploração e domínio de um território. Esse ato de diminuir o outro se apresenta em múltiplas ferramentas (como textos, imagens e imprensa) que, numa equação semelhante à configuração europeia, também seriam utilizados por outros povos com objetivos expansionistas parecidos.

Analisando por esse viés, os documentos apontam que as intencionalidades influenciam a lógica da narrativa sobre uma determinada cultura. Nos relatos de viajantes e comerciantes árabes e chineses, pelo menos no que se refere à África Índica, não observamos com tanta frequência um repertório depreciativo tão comum nos relatos europeus. Fica claro que a imagem do africano é construída de acordo com o objetivo e necessidade de quem encomenda, concebe ou consome esses relatos. Os povos provenientes da costa setentrional do mar da Arábia e do oceano Índico, ao produzirem ou assimilarem esses textos, de forma geral, não estavam protagonizando uma política de anexação territorial, nem buscavam corresponder aos anseios de um público interessado nas descrições etnográficas do outro que “justificassem” a superioridade do seu povo, cultura ou identidade, como no caso dos europeus, no contexto da Expansão Ultramarina. A justificação da superioridade eurocêntrica baseava-se na auto-imagem positiva e enaltecida do europeu, recheada de adjetivos honrosos e, no outro extremo, os nativos africanos (chamados de cafres pelos portugueses) tendem a ser apresentados com enquadramentos negativos, descritos “como preguiçosos, volúveis, estúpidos, supersticiosos, mentirosos, inconstantes, dissimulados, ladrões gananciosos, violentos,

¹⁹ CONNAH (2013), op.cit.. p. 234.

rancorosos, vingativos, traiçoeiros; como demonstramos no seguinte quadro comparativo, baseado em relatos de portugueses sobreviventes de naufrágios do século XVI:

Imagem do nativo africano	Imagem do europeu
<p>[...] aquela terra era falta de mantimentos, não por ela os deixar de dar, senão por que os cafres são homens que não semeiam senão muito pouco, nem comem senão do gado bravo que matam.²⁰</p> <p>[...] tanto que os cafres viram os portugueses sem armas, como já tinham concertada a traição, começaram logo a apartar e roubar, e os levaram por esses matos cada um como lhe cabia a sorte. E acabando de chegarem aos lugares, os levavam já despídos, sem lhes deixar sobre si coisa alguma, e com muita pancada os lançaram fora das aldeias.²¹</p> <p>Por aqui caminhamos cinco dias, levando sempre cafres após de nós, que sem ousarem acometer-nos iam esperando [...] para saltearem os que ficassem derradeiros.²²</p> <p>E como a gente de todas aquelas partes se cria por entre matos, nua, sem lei, sem costume, sem atavios, nem outras necessidades a incitem a por indústria em ajuntar e guardar para o tempo da falta os sobejos que lhe algumas horas a ventura ministra, mantendo-se somente de frutas de árvores silvestres e de outras raízes e ervas, que lhe o campo por si mesmo cria, e algumas vezes de caças de elefantes e cavalos marinhos, sem ter notícia de lavrar a terra – do que procede viverem todos, assim senhores, como vassalos, em comua e natural necessidade [...]²³</p>	<p>Cousa é esta que se conta neste naufrágio para os homens muito temerem os castigos do Senhor e serem bons cristãos, trazendo o temor de Deus [...] Porque Manoel de Sousa era um fidalgo mui nobre, e bom cavalheiro [...] ²⁴</p> <p>[...] e por capitão mor de toda esta armada a Fernão d'Álvares Cabral, fidalgo de muita estimação neste reino, o qual ia na nau de São Bento, de Sua Alteza, que era a maior e melhor que então havia na carreira, e levava por piloto Diogo Garcia, o Castelhana, por mestre Antônio Ledo, e por contra-mestre Francisco Pires, todos homens muito estimados em seus cargos;²⁵</p> <p>[...] estranha, estéril, e quase não conhecida costa da Etiópia e atravessando com tão pouca, fraca, e mal apercebida gente por entre tantas bárbaras nações, tão conformes nos desejos de nossa destruição, e passando por tantas brigas, por tantas fomes, calmas, frios e sedes, nas serras, vales e barrancos, e finalmente, por tudo aquilo que se pode imaginar contrário, medonho, pesado, triste, perigoso, grande, mal, desditoso, imagem da morte e cruel, onde tantos homens, mancebos, rijos e robustos, acabaram seus dias, deixando os ossos insepultos pelos campos e as carnes sepultadas em alimárias e aves peregrinas, e com suas mortes a tantos pais e irmãos, a tantos parentes, a tantas mulheres e filhos, cobertos de luto neste reino.²⁶</p>

Os fragmentos de fontes supracitados foram retirados da obra *História trágico-marítima*, de Bernardo Gomes de Brito. Embora sua edição seja de 1735, dispõe de uma coleção de narrativas do século anterior, conhecidas por “relações”, de naufrágios ocorridos ao largo da costa sudeste da África (descrita como costa da Etiópia num dos fragmentos do quadro acima), entre 1552 e 1602, com navios portugueses, onde relatam

²⁰ BRITO, Bernardo Gomes de. *História trágico-marítima*. Edição de 1942. p.28 Disponível na Biblioteca nacional de Portugal <http://purl.pt/191/3/hg-30902-p/hg-30902-p_item3/hg-30902-p_PDF/hg-30902-p_PDF_01-B-R0150/hg-30902-p_0000_capa-guardas2_t01-B-R0150.pdf> Acesso em 15-09-2012.

²¹ *Ibidem*, p. 35,36.

²² *Ibidem*, p. 80.

²³ *Ibidem*, p. 130.

²⁴ *Ibidem*, p. 13.

²⁵ *Ibidem*, p. 47.

²⁶ *Ibidem*, p. 146.

as longas marchas efetuadas pelos náufragos até o forte e feitoria portuguesa de Sofala e falam dos povos suaílis com os quais entraram em contato. Trata-se das mais populares relações de naufrágios, com seus respectivos heróis e sobreviventes no outro lado do Atlântico. Construíam, conforme o quadro acima, a identidade do europeu mensageiro do Cristianismo, herói e sofredor de tantas fomes, calmas, frios e sedes, nas serras, vales e barrancos, e isso pela nobre missão civilizadora e evangelizadora; eram bons cristãos, tementes a Deus, fidalgos mui nobres, e bons cavalheiros, homens mui estimados em seus cargos, peregrinos entre bárbaras nações que queriam sua destruição, homens que deixaram os ossos insepultos pelos campos e as carnes sepultadas em alimárias e aves peregrinas, enfim, a imagem de verdadeiros heróis que, com suas mortes, deixaram a tantos pais e irmãos, a tantos parentes, a tantas mulheres e filhos, cobertos de luto em suas metrópoles natais. Na verdade, o que ocorria é que a construção da imagem do europeu destemido, desbravador e dominador, vinham de encontro às necessidades do alargamento das economias capitalistas no mercado ultramarino que alcançara escala planetária.

O historiador Tomaz Tadeu da Silva salienta que por meio do controle das representações se tem o poder de definir e representar as identidades, porquanto “identidade e diferença estão, pois, em estreita conexão com a relação de poder: o poder de definir a identidade e de marcar a diferença não pode ser separado das relações mais amplas de poder”.²⁷ Segundo ele a identidade e a diferença são criações sociais e culturais; a identidade é simplesmente aquele referencial que temos de nós mesmos, ou seja, aquilo que somos; por outro lado, a diferença seria aquilo que o outro é.²⁸ Era necessário demarcar muito bem as identidades e diferenças com a criação de atos linguísticos que definissem e justificassem a superioridade europeia em detrimento da inferioridade do outro. Essa alteridade se manifestava na maneira que o europeu se via e se identificava naquilo que ele era em detrimento do outro; o europeu se identificava como um súdito da coroa, um comerciante, um navegador, um evangelista, um civilizado, enfim, um cristão que não era um infiel, um cafre, um selvagem, um irracional, um nu ou um negro africano, conforme nos mostra o documento a seguir, da Relação de Naufrágio da Nau São Bento, que partiu do porto de Lisboa em 1553, a

²⁷ SILVA, Tomaz Tadeu da “A produção social da identidade e da diferença”, In SILVA, Tomaz Tadeu da (org). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000. p.81.

²⁸ Ibidem, p. 74.

serviço do rei D. João III. Presente no dito naufrágio, Manoel de Mesquita Perestrelo faz o seguinte relato:

[...] enquanto eu andava fora, apareceram sobre um cabeço, [...], sete ou oito homens, que foram os primeiros que naquela terra vimos; aos quais ele mandou um dos nossos, aparelhados de paz e guerra, para ver que modo de gente era e se podiam deles saber alguma cousa das muitas que nos eram necessárias; mas eles, havendo medo, fugiram, sem quererem vir com os nossos; de modo que nenhuma outra informação pudemos ter, mais que serem cafres de cor bem negra e cabelo revolto, que andavam nus, com mais aparência de selvagens, que homens racionais.²⁹

Nesse sentido, entendemos que a construção da imagem do outro através da representação (seja através do manejo linguístico, escrito, ou visual) sempre esteve intimamente ligada às construções sociais e políticas; a maneira em que os europeus se utilizavam disso denuncia com muita propriedade essa ideia. As representações que os relatos de viagens e as descrições cosmográficas carregavam, assim como as imagens que eles construía, tanto do *eu* europeu quanto do africano, funcionavam como demarcadoras de identidades e diferenças. Essas demarcações, assim como essa separação e distinção, supõem e, ao mesmo tempo afirmam e reafirmam relações de poder.³⁰

3. África Inventada.

Kwame Appiah salienta que toda cultura e identidade são construídas e históricas. Sua proposição é de muita propriedade e, independente do recorte cronológico que ele analisa, sabemos que tal afirmação se aplica a qualquer sociedade no espaço e no tempo:

Toda identidade humana é construída e histórica; todo mundo têm o seu quinhão de pressupostos falsos, erros e imprecisões que a cortesia chama de 'mito', a religião, de heresia, e a ciência, de 'magia'. Histórias inventadas, biólogias inventadas e afinidades culturais inventadas vêm junto com toda identidade; cada qual é uma espécie de papel que tem que ser roteirizado, estruturado por convenções de narrativa a que o mundo jamais consegue conformar-se realmente.³¹

Portanto, todas as sociedades, identidades, ou até mesmo a própria África, são uma invenção, um ato criativo que todos nós participamos, ora passivamente, ora

²⁹ BRITO (1942), op. cit. p.66.

³⁰ Cf. SILVA (2000), op. cit. p. 74-81.

³¹ APPIAH (1997), op. cit. p. 243.

ativamente. Desde quando nos tornamos personagens da história, assimilamos, compartilhamos, construímos as identidades, o passado, os territórios, os espaços e os lugares que nos são comuns. Aqui vale salientar que Roy Wagner, na posição de pesquisador antropólogo e historiador, afirma que de certa forma poderíamos dizer que “inventamos”, criamos a cultura que estudamos, e conseqüentemente as identidades que a compõem. Enfim, “toda compreensão de uma outra cultura é um experimento com nossa própria cultura”³²; até mesmo os objetos de nossas pesquisas (sejam elas históricas, antropológicas, sociológicas, econômicas, entre outras) são inventados por seus respectivos autores e pesquisadores, onde sua própria cultura, atos e experiências de pesquisa, no final da equação, influenciam no resultado desse ato criativo.³³ Afinal, todos somos cúmplices, direta e indiretamente, de preencher, moldar e dar sentido, às identidades e à imagem da África, que comumente inventamos pelas representações de linguagem verbal ou visual sobre ela.

Dito isso, é interessante considerarmos a proposta de Edward W. Said, quando afirma que aquilo que comumente circula dentro de uma cultura, por intermédio do discurso e o intercâmbio cultural, “não é a ‘verdade’, mas uma representação”. Se seguirmos essa proposta, podemos admitir que todas as representações criadas pela Europa sobre a imagem da África se afastam da África original. Ou seja, para que a imagem da África fizesse sentido, dependia muito mais da Europa do que da própria África.³⁴ Por outro lado, a imagem da África e do africano, em suas múltiplas culturas e etnias, muito diferente uma das outras, não era percebida. Estavam confinadas em estereótipos reducionistas que (a exemplo dos relatos de viagem e naufrágio) reduziam, no imaginário social europeu, a identidade coletiva do outro ao campo medíocre e único do diferente, daquele ou daquilo que não sou ou não faço. Elas eram pulverizadas pela imprensa e determinavam, quase que unilateralmente, o que poderia ser concebido sobre a África e o demais mundo extra-europeu. Estavam inseridas a uma rede de interesses inevitavelmente aplicados nas leituras que eram feitas sobre essas imagens. Nessa lógica de interesses, leituras e apreensões, a identidade europeia consolidava-se em proeminência ao se contrastar com a imagem do outro – propositalmente diminuída.

³² WAGNER, Roy. *A invenção da cultura*. São Paulo, Cosac Naify, 2010. p. 41.

³³ Cf. *Ibidem*, pp. 27-31.

³⁴ Cf. SAID, Edward W. *Orientalismo – O Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2007. p. 52.

Ainda que sua investigação esteja recortada entre os séculos XVIII e XX, inevitavelmente Said não deixa de discutir as relações entre a expansão europeia e o mundo extra-europeu (o Oriente) como invenção do Ocidente. Aqui gostaríamos de salientar que, embora a África não esteja a leste da Europa, se enquadrava na mesma abordagem e concepção reducionista direcionada a todo mundo oriental. Praticamente todo o litoral leste e oeste do Continente Negro faziam parte da rota para o Oriente e, como tal, a costa africana se configurou num objeto de exploração e desejo de todas as Companhias das Índias Orientais criadas pelas metrópoles europeias envolvidas na expansão ultramarina. O autor trabalha e discute o conceito de orientalismo que, entre outras definições cunhadas por ele, seria “o conjunto de sonhos, imagens e vocabulários disponíveis para quem tenta falar sobre o que existe a leste da linha divisória”³⁵ entre a Europa e o resto do mundo e carregam conotações que vão além da acepção geográfica. Nesse sentido, as inúmeras informações e representações que traziam as literaturas de viagens, no mesmo movimento crescente da “contínua e expansiva exploração europeia do resto do mundo”, com suas especulações sobre “selvagens, nativos e monstros supostamente residentes nos extremos leste, oeste, sul e norte da Europa” colocavam o Velho Continente em posição privilegiada.³⁶

Pois, mesmo quando a Europa se movia para o exterior, seu senso de força cultural era fortalecido. A partir de contos de viajantes, e não apenas de grandes instituições como as várias companhias da Índia, as colônias eram criadas e as perspectivas etnocêntricas asseguradas.³⁷

Nesse contexto de conexão global, ainda que num processo longo de transformações – diferente daquele que estamos acostumados a presenciar na sociedade atual, onde as mudanças são fluidas, instáveis, rápidas e às vezes instantâneas – o mundo conectado pelo Atlântico foi submetido às mudanças culturais, advindas das experiências cosmopolitas e intercontinentais. Vivenciaram uma exposição de informações e imagens, regularmente transmitida pelo contato com o outro que, em certa medida, eram inéditas nas costas da África subsaariana e nas Américas. Assim, essas regiões predominantemente litorâneas, devido à lógica dos entrepostos no comércio ultramarino, eram aos poucos inseridas num mundo em constante movimento, impelidas a uma ordem global que ninguém compreendia plenamente, mas seus efeitos se faziam sentir, num processo irretroativo, tanto sobre os nativos como nos europeus que se

³⁵ Ibidem, p. 115.

³⁶ Cf. Ibidem, pp. 170, 171.

³⁷ Ibidem, 171.

aventuravam e investiam no comércio do Atlântico e nas redes de conexões globais recém instauradas.